

A Educação Especial no município de Nova Venécia/ES: as possibilidades e as tensões a partir de um contexto local

Alice Pilon do Nascimento
Denise Meyrelles de Jesus

O estudo busca analisar as políticas públicas de Educação Especial do município de Nova Venécia – ES bem como sua estreita relação com as ações vividas pelos docentes. Associaremos os movimentos nacionais para com o contexto local.

Percebemos que Nova Venécia possui estreita relação com as políticas nacionais, entretanto, no que se refere ao atendimento educacional especializado, apresenta um interessante desenho político, que ao nosso olhar, vai além das políticas macros. Todavia algumas tensões são evidenciadas na implementação destas.

Para a discussão deste trabalho, nos deparamos com a seguinte pergunta: Com quem dialogar? Essa pergunta sempre se faz presente em nossas mentes. A imersão no campo de pesquisa produz um conjunto de dados que convida autores como Boaventura de Sousa Santos e Philippe Meirieu para o debate, além de outros que se propõem a discutir o processo de escolarização de alunos que por motivos diversos não se encontravam nos cotidianos escolares.

No campo da Educação Especial, a linha de pensamento adotada por Santos (2007) nos possibilita entender que temos conhecimentos diversos, e, que estes, precisam dialogar entre si. Desta maneira, os alunos público-alvo da Educação Especial apresentam a necessidade de aprender na coletividade da sala de aula comum, tendo garantido o atendimento das especificidades que perpassam o processo. Neste contexto alunos sem deficiência têm muito a ensinar àqueles que apresentam limitações físicas, psíquicas, cognitivas e sensoriais. Este último grupo também tem muito a ensinar àqueles que não apresentam determinados comprometimentos.

Nesta linha, acreditamos que para os professores repensarem e/ou ressignificarem seus saberes/fazer, é imprescindível acreditar nas potencialidades de seus educandos, pois não há Pedagogia sem ensino-aprendizagem e a crença de que a aprendizagem é constitutiva do humano.

Ninguém pode ensinar sem postular que o outro, diante dele, é educável. Não há nada de extraordinário nisso: quem acha que seus

alunos jamais conseguirão aprender deveria mudar de ofício! Um professor que reclama que as crianças ou os adolescentes que lhe são confiados resistem a aprender seria o mesmo que um mecânico que só aceitasse concertar automóveis em perfeito estado [...] (MEIRIEU, 2005, p.74).

Nesse sentido, acreditamos que a partir deste movimento, de aposta na educabilidade de seus alunos, o professor terá a oportunidade de pensar em novos/outros meios de mediar os diferentes conhecimentos, com também, outras maneiras de avaliar o processo, tomando como princípio, a avaliação não só para quantificar as produções de conhecimentos dos alunos, mas de entender que os alunos, por conta de seus diferentes contextos, requerem práticas pedagógicas diversas para o acesso ao currículo.

Não negamos que precisamos conhecer o processo de vida e de escolarização dos alunos, mas, a prática pedagógica pode ser reduzida a fatalidades ou situações que não apontam para novos-outros possíveis. Nesta lógica, cabe a indagação: para que conhecer o contexto vivido pelo aluno? Para rotular? Para reafirmar impossibilidades?

O reconhecimento deve ir além, precisa, então, superar as condições apresentadas pelos alunos de maneira que seus conhecimentos avancem. Por este pressuposto, apostamos no diálogo estabelecido entre o ensino comum e o atendimento educacional especializado, pois precisamos reconhecer que pessoas com e sem deficiência demandam adquirir determinados conhecimentos que são de sua importância para o desenvolvimento.

Apostamos que para a efetivação da escolarização do aluno público-alvo da Educação Especial, as práticas pedagógicas, tanto no que se refere ao atendimento educacional especializado quanto nas salas comuns, precisam ser potencializadas para garantir a igualdade de condições frente ao conhecimento.

O diálogo com as teorizações desses autores nos faz argumentar em favor da necessidade de se construir uma escola inclusiva, a partir das problematizações do vivido em busca da emancipação de seus alunos. Para tanto, precisamos conhecer os movimentos locais, ou seja, quais os conhecimentos produzidos pelos professores que lidam com as questões da Educação Especial no município de Nova Venécia.

Acreditamos que Nova Venécia produz práticas potencializadoras, mas algumas delas, por se tratar de um município interiorano, são invisibilizadas. Nosso estudo se propõe a conhecer tais ações e problematizá-las com outros saberes docentes.

Para referendar o nosso caminho metodológico, apoiamos-nos na pesquisa-ação, pois entendemos que, através dela, há uma possibilidade de se criar dispositivos capazes de desencadear novas práticas de formação e de sentidos para os fazeres docentes. Por meio desta metodologia investigativa, acreditamos ser possível contribuir para a implementação e/ou problematização de políticas educacionais que atendam às necessidades e demandas da Educação Especial/inclusão escolar. Concordamos com Barbier (2002) quando afirma que a pesquisa-ação representa um:

[...] tipo de pesquisa utilizada e concebida como meio de favorecer mudanças [...]. Mas a mudança visada não é imposta de fora pelos pesquisadores. Resulta de uma atividade de pesquisa na qual os atores se debruçam sobre eles mesmos (BARBIER, 2002, pp. 42-43).

Assim, a partir de uma pesquisa a nível nacional¹, a qual participamos, estabelecemos contato com alguns profissionais que lidam com o atendimento educacional especializado de Nova Venécia, a partir de grupos focais. Conhecendo a realidade daqueles professores, estabelecemos contato com a Secretaria de Educação, mais especificamente com a Equipe de Educação Especial², para conhecer e desvelar o histórico da Educação Especial do município, a política local de Educação Especial e, especificamente, o surgimento do atendimento educacional especializado como política local.

É nessa tentativa de conhecer os movimentos locais em favor da Educação Especial em Nova Venécia que os articulamos também com os movimentos nacionais, para que nenhuma experiência seja de fato desperdiçada.

A partir do encontro com os profissionais do município, nos possibilitou mergulhar a fundo no que diz respeito a esse município que escolhemos como *lócus* da pesquisa. Cabe destacar que, para esta proposta, temos como objetivo conhecer a política de Educação e Educação Especial do município a partir de documentos legais instituídos para a escolarização dos alunos. Para tanto, há de se pensar na articulação da sala de aula comum e a de recursos multifuncionais, já que falamos de um sujeito único, que não pode ser compartimentalizado, mas ao contrário, entendido como um sujeito histórico e social.

APRESENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DO GLOBAL AO LOCAL

¹ Tal pesquisa denomina-se *Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns (ONEESP)*.

² Neste momento nos utilizamos da observação participante e a entrevista semi-estruturada.

Santos (2007) nos eleva a pensar que os conhecimentos precisam ser visibilizados, principalmente àqueles que denominados de locais. Pois as “[...] experiências muito locais, não muito conhecidas nem legitimadas pelas ciências sociais hegemônicas, são hostilizadas [...], e por isso têm permanecido invisíveis, desacreditadas” (Santos, 2007, p.24).

Neste sentido, o autor evoca a necessidade de articular os conhecimentos globais e locais. Um movimento que vem ganhando diferentes perspectivas ao longo dos anos, no Brasil, é a política de apoio especializado à Educação destes alunos. Tal apoio é um direito garantido na própria Constituição Federativa do Brasil (1988). Contudo, no decorrer dos últimos vinte anos tivemos variados direcionamentos para a definição do atendimento educacional especializado. No entanto, a própria demanda trazida pelos alunos com indicativos à Educação Especial foi conduzindo vários municípios brasileiros a organizarem diferentes espaços e propostas para atender às especificidades desses sujeitos.

Com a Política Nacional de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, de 2008, enfatiza que a matrícula desses alunos precisa ser efetivada na escola comum, é definido que o atendimento educacional especializado se configura em atividade **complementar e/ou suplementar** ao currículo comum e necessita ser desenvolvida no contraturno escolar (Brasil, 2008).

Nesse movimento, salas de recursos são implementadas e professores são contratados para apoiar o processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.

O Decreto nº 7611/2011, além de propor um espaço para a concretização da oferta desses serviços, caracterizou-o como política pedagógica. É proposto que esse atendimento seja realizado *prioritariamente* no espaço-tempo da sala de recursos multifuncionais – SRM – (Brasil, 2011).

Mendes (2010, p.15) destaca que “[...] entre os anos de 2005 a 2009, foram oferecidas 15.551 salas de recursos multifuncionais a 4.564 municípios brasileiros, distribuídas em todos os estados e o Distrito Federal”.

Para tanto, várias discussões foram produzidas visando à reorganização das escolas tanto nas questões arquitetônicas quanto curriculares. Uma vasta pluralidade de discussões passou a problematizar as práticas pedagógicas e os processos de avaliação da

aprendizagem. Dentre os movimentos disparados pelos pressupostos da inclusão escolar encontramos também a constituição de setores de Educação Especial nos contextos das Secretarias de Educação para pensar em políticas públicas educacionais inclusivas.

Esses setores vêm assumindo a formação continuada como uma ação política, porque é necessário oferecer suporte às escolas frente às novas demandas educacionais. Essa fase de luta pelo direito à Educação vem apontando a importância de relacionarmos a aprendizagem ao desenvolvimento humano e a inclusão escolar como uma ação ética comprometida com a humanização de todos.

Com todos os movimentos nacionais em favor da escolarização de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, institui-se em meados de 2006, na Secretaria Municipal de Educação de Nova Venécia, a Equipe de Educação Especial.

Tal setor é composto por profissionais da educação e do corpo clínico, como psicólogo e fonoaudiólogo. Os profissionais da área clínica têm a responsabilidade de prestar orientações às famílias e às escolas, quando há uma necessidade de encaminhamentos para especialistas do corpo clínico.

Interessante pensar que a Educação Especial de Nova Venécia vem caminhando lado a lado com as orientações nacionais. Mas para além dos encaminhamentos do MEC, tais como a inclusão do aluno na escola de ensino comum, o investimento na formação continuada dos professores, a contratação de profissionais especializados para ações colaborativas dentro da escola e a instalação de salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado, para darmos alguns exemplos, o município problematiza como essas ações vêm sendo instituídas/vividas pelas diferentes unidades de ensino da rede.

Nesse contexto, para acompanhar e subsidiar as ações das escolas, em 2009 há a criação da Resolução nº 11 que “[...] Institui Diretrizes Municipais para a Educação Especial na Educação Básica do Município de Nova Venécia” (Nova Venécia, 2009). No art. 3 é visível a responsabilidade da Educação Especial e sua articulação com o ensino comum.

Art. 3º - Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se serviços educacionais organizados para apoiar, complementar, suplementar os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento

das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades específicas (Nova Venécia, 2009).

Segundo a gestora do setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Nova Venécia, a história da Educação Especial no município começou com as classes especiais para deficientes auditivos e visuais, como também com a instituição especializada (no caso Apae) para atender as outras demandas.

No ano de 2006 com a organização da equipe de Educação Especial começa-se a instituir um diálogo com a Apae para a transição dos alunos ali matriculados para a rede regular de ensino. O primeiro momento seria o de inserir os alunos em sala de aula comum, e já no final de 2007 e início de 2008, tem início o processo de contratação do profissional para atender as salas de recursos multifuncionais implantadas com o apoio do MEC.

É evidenciada, nas falas da gestora, a relevância da articulação com o MEC, e a importância da autonomia da Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Nova Venécia em desenhar uma política para contemplar tais demandas.

Ao referirmos à efetivação do atendimento educacional especializado, o município discorre como prioritariamente nas *salas de recursos multifuncionais*. Entretanto, percebemos uma preocupação com a articulação com a sala de aula comum, em outras palavras, o município luta para que o atendimento educacional especializado se efetive de maneira complementar/suplementar ao ensino comum. Para isso, precisaram investir em formações continuadas, em contratação de profissionais para atuar na sala de aula comum, para além da extensão de carga horária do professor da SRM. Para melhor compreensão do leitor, faremos uma apresentação no que tange o atendimento educacional especializado em Nova Venécia

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PENSADO A PARTIR DAS SRMs

Como nos revela Mendes (2010), encontramos nos municípios brasileiros o atendimento educacional especializado nas SRM's se efetivando no próprio horário de aula do aluno ou no horário contrário, mas, sem uma articulação com os conteúdos estudados na sala de aula.

Entendemos que a mediação do professor da sala de recursos multifuncionais só é validada quando há o princípio da colaboração e do planejamento em conjunto. Pensando nisso, o

município de Nova Venécia, no ano de 2012 contou com nove salas de recursos multifuncionais. Para garantir que todas participassem do planejamento com os professores regentes, professores em bidocência³, os professores das SRM's precisariam trabalhar nos dois turnos de uma mesma escola. Para possibilitar esta ação, a Secretaria de Educação ampliou a carga horária das professoras das SRM's que trabalhavam vinte e cinco para quarenta horas, e, as que tinham duas efetivações, lecionavam nos dois horários (totalizando cinquenta horas). Vale destacar, que algumas trabalham em duas escolas por conta do menor quantitativo de alunos.

Com isso, organizam seus horários de modo a garantir o trabalho nos dois turnos da(s) escola(s). Ao contrário de que muitas pesquisas apontam, percebemos que a iniciativa do MEC quando pensada com as realidades locais, podem sim se tornar experiências potentes, entretanto demanda planejamento e investimento por parte dos municípios.

Acreditamos que o esforço do município em garantir o atendimento educacional especializado, atendendo a ideia de complementaridade para os alunos com deficiências e/ou transtornos globais do desenvolvimento e, ainda enfatizar a ideia do trabalho colaborativo é forte. Todavia, por conta da demanda dos atendimentos aos alunos e da necessidade das professoras das SRM's em atuarem em mais de uma escola constatamos que a política ainda é insuficiente.

Realmente, nós precisamos trabalhar com o aluno, mas também com o professor. Isso é o que nós discutimos aqui em Nova Venécia, mas por conta da demanda de alunos que necessita de trabalho individualizado, temos o contato maior com o bidocente (Grupo focal ONEESP-Noroeste, **Município de Nova Venécia**, 17 de agosto de 2012).

Mesmo que, atendendo de uma maneira fortalecida o atendimento educacional especializado, Nova Venécia começa a pensar nas questões anunciadas pelas professoras em questão, e assim no início de 2013, o município conta, então, com mais duas salas de recursos multifuncionais, totalizando onze. Houve a contratação de mais três profissionais, desta forma em nove SRM contempla a presença de um professor, e os outros dois professores atuam em duas SRM's cada um, devido ao baixo quantitativo de alunos.

Percebemos que, o trabalho colaborativo com os professores se intensificou, assim há o trabalho educacional especializado no contraturno, individualizado ou em grupos, e, está se

³ Faremos uma apresentação deste profissional e de sua atuação no próximo item.

trabalhando realmente as demandas encontradas no processo ensino-aprendizagem da sala de aula comum. Neste sentido, o professor da SRM auxilia o profissional da sala de aula, no que se refere à adaptação de atividades para que os alunos aprendam partindo de seu nível de compreensão e o próprio significado do currículo para esses alunos.

Lembramos que muitos professores regentes não foram contemplados, em sua formação inicial, com as questões da Educação Especial. O investimento na formação continuada é alto, entretanto, não conseguiu contemplar todos os professores, haja vista que o processo de inclusão desses alunos na rede regular é recente, se iniciou há sete anos.

Parece-nos então, que mesmo com toda a preocupação com o atendimento educacional especializado organizado com as professoras das SRM's o município acredita que esta ação, precisa-se discutir o fortalecimento das práticas pedagógicas da sala de aula comum. Assim o professor da sala de aula comum, atende um quantitativo de alunos consideravelmente grande, não permitindo muitas vezes, o espaço para assistir às necessidades que emergem a todo instante, por todos os alunos, sendo estes, público-alvo da Educação Especial ou não.

Por conta das questões anunciadas, a Equipe de Educação Especial pensou em um uma experiência, que, atualmente vêm ganhando força no município: a política da bidocência. Tal função foi criada em 2007 para atender as demandas da escola.

A BIDOCÊNCIA EM NOVA VENÉCIA: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHO COLABORATIVO

Nesta organização, pensamos em Santos (2007, p.38), quando nos fala de uma Sociologia das Emergências que “[...] produz experiências possíveis, que não estão dadas porque não existem alternativas para isso, mas são possíveis e já existem como emergência”.

Esta experiência possível para Nova Venécia, a ideia de bidocência, parece ganhar diferentes nuances ao se tratar da consolidação da política. Muito se discuti o co-ensino para Educação Especial, ou a ideia do trabalho colaborativo

[...] o ensino colaborativo ou o co-ensino, é um modelo de prestação de serviço da Educação especial no qual um educador comum e um educador de educação especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes [...] especificamente para atender as demandas das

práticas de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais⁴ (Mendes, 2006, p. 32).

A heterogeneidade pode ser compreendida por outras vias, tais como: diferenças sociais, econômicas, culturais, entre outros. Como orienta Beyer (2005) “[...] o trabalho docente no grupo heterogêneo se faz necessária a colaboração de um segundo educador” (p. 32).

O profissional em bidocência em Nova Venécia é o profissional com licenciatura acrescido de formação em Educação Especial. O mesmo tem a tarefa de acompanhar a turma em que houver a matrícula de um ou mais alunos com demandas específicas da Educação Especial, realizando trabalho colaborativo com o profissional regente.

Para esta Secretaria, a falta de formação tanto inicial quanto continuada dos profissionais regentes para lidarem com questões específicas da Educação Especial, foi “[...] à questão primordial para a consolidação da política da bidocência” (Pedagoga Equipe de Educação Especial, Diário de Campo, 18/12/2012). Não poderíamos deixar de mencionar que os bidocente recebem o salário igual ao de qualquer outro professor. Desta maneira, o investimento do município é alto.

A partir de nossas observações frente à materialização desta política, percebemos que há uma discussão do próprio entendimento que a palavra bidocência reporta. Professores regentes, pedagogos, professores das SRM e os próprios profissionais em bidocência, muitas vezes, analisam este último como o responsável pela escolarização do aluno público-alvo da Educação Especial. Embora intuimos um grande esforço da Equipe de Educação Especial em avançar esta problemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as políticas públicas de Educação Especial no município de Nova Venécia, percebemos que há uma grande preocupação em articular os conhecimentos de modo que o aluno acesse o currículo comum, e ao mesmo tempo tenha suas especificidades atendidas.

Entretanto mesmo com todo o investimento na oferta de formação que aborda as questões da Educação Especial – inicial e continuada – ainda se perpetua como insuficiente. Desta maneira, os entendimentos relacionados a esta área de conhecimento, são os mais variados possíveis. Professores regentes precisam de formação, assim como os que lidam mais

⁴ São os alunos público-alvo da Educação Especial.

diretamente com as questões específicas, porque do contrário, iremos falar de uma Educação para os alunos público-alvo da Educação Especial e de outra para os alunos ditos normais. Desta maneira, não estaríamos falando sobre processo de inclusão, mas sim uma outra roupagem no processo de segregação – dentro da própria escola.

Percebemos, ainda, que no transcorrer da história da Educação Especial de Nova Venécia, as políticas vão se modificando, no intuito de aprimorar e assim melhorar o atendimento educacional aos alunos em questão. Notamos que algumas de nossas movimentações auxiliaram, juntamente com os profissionais que lá atuam, a pensarem em novas/outras maneiras organizacionais. Acreditamos que este é o papel social da pesquisa, provocar indícios de mudanças, pois como nos diria Santos (2007), não existem verdades absolutas, e sim provisórias.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. (2002) *Pesquisa-ação*. Brasília: Liber Livro, v. 3.(Série em Educação).
- BEYER, H. O. (2008) *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Mediação, 128 p.
- BRASIL. (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. (2008) Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: SEESP/MEC.
- BRASIL. (2011) Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- MEIRIEU, P. (2005) *O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender*. Porto Alegre: Artmed.
- MENDES, E. G. (2006) *Colaboração entre o ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para inclusão escolar*. In: Manzini, E. J. (Org.). *Inclusão e Acessibilidade*. Marília: ABPEE, p.29-41.
- MENDES, E. G. (2010) *Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre as salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns*. Projeto de Pesquisa – Observatório da Educação, edital nº 38/2010 CAPES/INEP. Brasília.
- NOVA VENÉCIA. (2009) *Resolução nº 11*. Nova Venécia.
- SANTOS, B. S. (2007) *Renovar a teoria crítica e Reinventar a emancipação social*. Tradução Mouzar Benedito. – São Paulo: Boitempo.